

18/6/99 Pg. A-2
148

WASHINGTON NOVAES

Do Xingu a Kosovo (e depois)

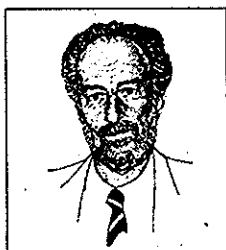
Há poucos dias, este jornal publicou uma foto impressionante do chefe mentuktire Raoni, pintado com as cores da guerra, puxando literalmente as orelhas do presidente da Fundação Nacional do Índio e de uma procuradora da República, porque a Funai não cuida da saúde dos indígenas.

Não cuida mesmo. Apesar dos esforços de muita gente em seus quadros técnicos, não demarca todas as áreas que pertencem aos índios. Não fiscaliza as já demarcadas. Permite que os brancos se aproximem, invadam e levem para os índios doenças que eles não conheciam – sarampo, tuberculose, aids, etc. –, para as quais não têm resistência imunológica e que os matam rapidamente. E ainda quase não executa planos de saúde.

Raoni não disse, mas poderia ter dito que os brancos, especialmente os governos, não têm juízo e não conseguem enxergar o óbvio: a importância estratégica do índio para a preservação e conservação da biodiversidade e dos serviços prestados gratuitamente pelos ecossistemas naturais. Se enxergassem, teriam outra atitude.

Se lessem, por exemplo, o *Primeiro Relatório Brasileiro para a Convenção sobre a Diversidade Biológica* (Ministério do Meio Ambiente, 1998), veriam que o País conta “com pelo menos 10% a 20% do número total de espécies do planeta”, a flora mais diversa, 10% dos anfíbios e mamíferos, 17% das aves. Veriam que os serviços naturais prestados pelos ecossistemas valem muito mais que o PIB mundial. Também veriam ali a extraordinária importância do índio para a preservação dessa diversidade: os lugares mais preservados estão exatamente onde eles vivem.

Em outros lugares, poderiam constatar o que já é o óbvio no mundo todo: a biodiversidade é a chave do futuro, pois dela virão os novos materiais, os novos medicamentos, novos princípios ativos, novos alimen-



Meio ambiente é difícil de conciliar com fronteiras de qualquer natureza

tos. Basta olhar a celeuma que toma conta do mundo por causa de umas poucas variedades de plantas modificadas geneticamente: quem as dominar e impuser seu cultivo dominará os agronegócios no mundo (no Brasil, significam 40% do PIB). Segundo a Smithsonian Institution, de Washington, hoje o comércio mundial de produtos principal-

mente farmacêuticos derivados da biodiversidade vegetal e animal já está na casa das dezenas de bilhões de dólares por ano.

Não é por acaso que a biopirataria, principalmente em áreas indígenas, seja uma prática tão forte hoje, enquanto reousamos em berço esplêndido. Nem que se dê tanta corda institucional a esses membros do Congresso que, a pretexto do novo estatuto do índio e quejandos, estejam tentando aprovar de afogadilho uma regulamentação da exploração de madeira e minérios em áreas indígenas (seria interessante um levantamento dos pedidos de pesquisa e lavra em áreas indígenas já existentes, para saber quem os fez).

“Esta Amazônia é e será ca-

da vez mais de brasileiros conscientes da importância da Amazônia”, disse o presidente da República na reserva ecológica de Mamirauá, no Dia do Meio Ambiente. Mas disse também que o País precisa de ajuda externa para manter o meio ambiente. Terá? Haverá tempo?

Como relatava um dia destes na TV o jornalista Newton Carlos, o presidente Clinton, em discurso para a Força Aérea de seu país, celebrando o triunfo na Iugoslávia, afirmou que direitos humanos e meio ambiente são hoje questões acima e além da soberania nacional. Convém prestar atenção. Como convém prestar atenção à recente proposta norte-americana na Assembléia-Geral da Organização dos Estados Americanos, no início deste mês, de criar uma força de intervenção no Hemisfério Ocidental, para defender a democracia na região (como a proposta enfrentou muita resistência, a votação ficou para junho do ano que vem).

Não se trata de pautar condutas por nacionalismos estreitos. Nem de achar que o Brasil vai ser invadido ou a Amazônia, ocupada. Mas lembrar que meio ambiente é difícil de conciliar com fronteiras de qualquer natureza. E que uma nova ordem está surgindo no mundo, como demonstrou a guerra na Iugoslávia, ganha pela Otan sem que os vencedores houves-

sem perdido um só homem no campo de batalha. Lutando do lado de fora.

Ainda no calor do conflito, o correspondente deste jornal Gilles Lapouge, num de seus brilhantes comentários, dizia que a Europa, por causa dessa guerra, já planejava triplicar seu orçamento militar e seus investimentos em indústrias bélicas. Não seria preciso nenhuma clarividência especial para verificar que a supremacia militar dos EUA é arrasadora e a supremacia econômica deriva, despontando entre outros fatores, da reconversão de tecnologias militares em setores de ponta (informática, comunicações, indústria espacial e aeronáutica, biotecnologias, etc.). Os europeus não pretendem guerrear com os EUA. Mas sabem que a unidade monetária e alfandegária não é suficiente, terão de encontrar outros instrumentos para a disputa econômica.

Como escreveu há poucos dias Ignacio Ramonet, redator-chefe de *Le Monde Diplomatique*, essa guerra “abre uma nova etapa na história das relações internacionais, anuncia uma nova ordem global”. Um salto no escuro em que tudo pode acontecer, diz ele. Mas já em processo. Deixou de lado, para a guerra, os velhos argumentos de ordem histórica e política, para invocar os de ordem humanística, moral, civilizatória. Deixou para trás os conceitos de soberania nacional e a autoridade da ONU. E redesenha política e militarmente um mundo já reconfigurado pelos satélites e outras tecnologias.

Novos tempos, novas estratégias.

Sentado num toco de árvore à beira do rio Xingu, há 15 anos, o chefe Raoni dizia ao autor destas linhas que não queria “nada dos brancos”. “Cabeça de branco muuuitu cumpricaduuiu!”, argumentava ele, balançando a cabeça, incrédulo.

É mesmo. Mas não haja dúvida: se as decisões estratégicas do Brasil, hoje, dependessem de Raoni, ele, que conhece a história dos conflitos, cuidaria dos índios e da diversidade biológica que os cerca. Questão estratégica.

